



## HISTÓRIA E TEORIA NA ERA DOS EXTREMOS

**Estevão de Rezende Martins\***  
**Universidade de Brasília (UnB)**  
[ecrm@terra.com.br](mailto:ecrm@terra.com.br)

**RESUMO:** São apresentados os extremos a que a teoria da História se viu exposta ao longo do século 20: os extremos excludentes de uma confiança irrestrita, quando não ingênua, nas fontes e do relativismo cético, os extremos da necessidade de modelização e da tentação totalitária da dogmatização, e o extremo do risco de inespecificidade do conhecimento histórico combinado com a ameaça de sua dissolução em outras especialidades. Analisa-se a politização do conhecimento e sua redução funcional aos engajamentos militantes, que constituem um extremo comum no século 20. Propõe-se o denominador comum da metodização como forma de interação das opções teóricas para a produção do conhecimento historiográfico e a abertura comparativa, que vença o extremo da dependência nacional, para a internacionalização do debate historiográfico no século 21.

**ABSTRACT:** The theory of History was exposed during the 20th century to many extremes. This paper analyzes those excluding extremes: the unbound (if not naïve) confidence in the sources, the skeptical relativism, the requirement of modeling the procedures of research, the totalitarian temptation of dogmatization, the lost of specificity of the historical knowledge, the threat of its dissolution into other social sciences. It discusses also the role of politics and militant engagement as a typical extreme of the century. It argues that the establishment of a minimal pattern of methodization as a form of interaction of the many theoretical options for the historiography and the comparative perspective, beyond the national allegiances, are decisive for the historiographical debate in the 21<sup>st</sup> century.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria da História – Historiografia contemporânea – História no século 20 – História nacional – Método comparativo – Conhecimento histórico

**KEYWORDS:** Theory of History – Contemporary historiography – 20th century's history – National history – Comparative method – Historical knowledge

Todo leitor familiarizado com a historiografia contemporânea reconhece no título a alusão a Eric J. Hobsbawm e a seu ensaio-síntese sobre o curto século 20, que data da 1ª Guerra Mundial à queda do Muro de Berlim, adotando para isso referenciais de cunho político.<sup>1</sup> O século 20 foi severamente julgado pela historiografia, e não sem boas razões. O Novecentos foi um período de incríveis contrastes, nisso não muito

---

\* Professor do programa de pós-graduação em História da UnB.

<sup>1</sup> Eric J. Hobsbawm. **A Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

diferente dos séculos que o precederam. Sombrio, obscuro, cruel, vertiginoso, criativo, inovador, libertário, ímpar – a adjetivação, dependendo do ângulo de análise, varia abundantemente. É nesse mesmo século 20, todavia, que se realiza a dupla afirmação do campo da história: como (1) capaz de produzir conhecimento confiável porque (2) dotou-se de sustentação teórica sólida. O itinerário da legitimação do conhecimento histórico em seu formato científico, pode-se dizer, é o desafio e a aventura da historiografia no século 20. Por certo não é uma invenção surgida do século, do nada. Notadamente o século 19 do historicismo desempenhou um papel desbravador indiscutível nesse particular.<sup>2</sup> A novidade está na circunstância de que a concepção mesma de cientificidade nas ciências sociais afirmou-se e instaurou um padrão (paradigma) de controle de qualidade intersubjetivo que satisfizes os requisitos do modelo moderno de racionalidade. O século 20 viu oscilar, entretanto, a naturalidade com que se lida com o conhecimento histórico entre uma confiança ilimitada na informação da fonte – percebida como sacrossanta – e um ceticismo zombeteiro, às raias da afirmação da falência irremediável da razão moderna.<sup>3</sup>

A consciência histórica no século 20 soube, contudo, articular os dois extremos entre os quais balançou longamente. De um lado, manteve-se a firme ancoragem da pesquisa na base empírica, sem cuja solidez não há matéria investigável sobre a ação humana no tempo. De outro lado, incorporou-se uma prudência analítica razoável contra as certezas fáceis e contra o fiar-se precipitadamente nas aparências. A teoria do ato cognitivo na produção historiográfica consagrou, pois, a segurança do empirismo clássico, mitigada com a provisoriedade ínsita ao conhecimento que depende da variedade das fontes e da mutabilidade das circunstâncias pessoais e sociais dos historiadores e de seus coetâneos. Ou seja: nem a informação é canônica por simplesmente estar presente em alguma fonte, nem a certeza é uma mera questão de subjetividade particular.

A reflexão teórica que fundamentou a ciência histórica foi também a que garantiu, mais ou menos visivelmente, sua autonomia criativa, metodicamente controlada. Essa criatividade investigativa se exprime, por certo, na historiografia. O

---

<sup>2</sup> Cf. o dossiê sobre o historicismo em **História Revista**, Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 1-156, 2002.

<sup>3</sup> Cf. MARTINS, Estevão Rezende de. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, Cléria Botelho da. (Org.). **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 11-26.

século 20 vê assim crescer também a abordagem sistemática da historiografia como objeto de pesquisa.<sup>4</sup> Tem-se assim no século 20 três grandes veios de afirmação da elaboração teórica da história como ciência: (1) a primeira, até o início da década de 1930, que se dedica à legitimação da história diante do paradigma das ciências naturais experimentais; (2) a segunda, que vai da fundação dos *Annales* em 1929 aos anos 1960, que se imerge na pesquisa empírica (com ou sem referência explícita a pressupostos teóricos), sem se embaraçar de considerações epistemológicas e (3) uma terceira, desde há cerca meio século, que articula a fundamentação teórica com a realização prática, independentemente da filiação doutrinária eventual.

Os três caminhos se iniciam, por certo, em duas estratégias de percepção e de experiência da realidade. A primeira, que se pode chamar de originária, é a pesquisa direta da empiria – o investigar, definir, identificar, delimitar, localizar, enfim, constatar ou afirmar como tendo sido assim o caso, o acontecimento, o fato. Inobstante o grau de complexidade do que se considere como fato, a experiência originária do passado, para o historiador, é mediada pelas fontes. Essas fontes alimentam a vasta rede de fatores em cujo entrecruzamento, situado pelo mesmo historiador, se deu o fato. Seja esse fato a experiência diversíssima da Revolução Francesa ou a assinatura da Lei Áurea. Um e outro acontecimento não se esgotam em si, pela simples constatação mediada, mas põem a necessidade de contextualização, de que depende a compreensão, a explicação e a apresentação do fato.

A segunda estratégia decorre da inevitabilidade da mediação representada pelas fontes originárias. Para a teoria da História, a fonte mesma é, por definição, mediata. A matéria prima da teoria da História é a práxis dos historiadores, cristalizada no tempo na forma da historiografia. Tem-se, pois, duas mediações interdependentes, que representam um duplo filtro com relação à experiência do passado. O caráter mediado da experiência histórica como prática metódica da história como ciência é, pois, inerente à sua natureza mesma. Como o tempo presente e suas indagações são igualmente formas de mediação da pergunta que o historiador põe ao passado como ponto de partida de sua investigação atual, assim pode-se sem dúvida imaginar que o respectivo tempo presente

---

<sup>4</sup> Cf. **Storiografia**, revista anual de história, e **Bollettino critico e bibliografico di storiografia** (ambos desde 1997); **International Bibliography of Historical Sciences** (IBHS), Munique: K. G. Saur, desde 1998; **Storia della Storiografia. Histoire de l'historiographie. History of Historiography. Geschichte der Geschichtsschreibung**, desde 1982.

do registro das fontes é uma mediação com a cor da época e dos interesses do registrador.

Todo leitor de historiografia está familiarizado com a advertência de que, desde a primeira página, ele é transformado em testemunha da pugna que cada autor trava tanto com a historiografia mais antiga ou mais recente referente a seu tema, quanto com seus colegas de corporação. Sem o conhecimento das questões de fundo postas nas pesquisas e dos problemas críticos que se tenciona solucionar, até as narrativas mais “simples” dos “fatos” históricos são enigmáticas e incompreensíveis. A historiografia científica vive em diálogo constante consigo mesma. O horizonte temporal desses diálogos recua, para muito além do estado atual da arte, pela história da pesquisa acima. Com frequência o marco temporal desse recuo e dos diálogos coincide com o início da profissionalização e da cientificização da historiografia. Levando-se em conta o caráter algo esparso dos primeiros passos do historicismo em meados do século 19, pode-se situar o ponto inicial da historiografia suscitada pela imersão nas questões do tempo presente nos decênios 1890-1910. A história dessa historiografia é hoje um manancial importante para retrazar o itinerário metódico que levou à consolidação do caráter científico da história e para reconstruir a arquitetura teórica nas ciências sociais que forneceu à pesquisa histórica seu grau de autonomia.

## **1. Historicização crítica: um saber orientador**

A história e a teoria da historiografia moderna têm, por conseguinte, de responder a uma demanda de informação de tipo elementar: elas oferecem, a todos que desejam apropriar-se do estado da arte historiográfica, um quadro de referências e de orientação indispensável. Como história e como teoria dos questionamentos especializados da ciência e de suas tentativas de solução, elas fornecem o conhecimento contextual necessário ao mister cotidiano da ciência.

Com o balanço e a análise que realiza, a teoria da História contribui igualmente para a historicização autocrítica e para a problematização dos conceitos, categorias e questões da pesquisa. Os historiadores sempre se interessaram pelo que há de novo, que reveja controvérsias antigas da especialidade, reexamine velhos argumentos e revise abordagens olvidadas dos diversos problemas. A teoria da História é, pois, uma vertente da epistemologia das ciências sociais, que se constrói a partir da experiência acumulada

de pesquisa empírica na historiografia. Inclui, pois, o inventário analítico dos pressupostos que orientam a pesquisa histórica (mesmo quando importados de outras especialidades), a sistematização crítica dos procedimentos adotados nas diversas áreas de aplicação da pesquisa e a crítica dos resultados obtidos, à luz da composição das duas outras variáveis. À teoria da História é, pois, indispensável a história da historiografia. A teoria e a história da História necessitam, em conjunto, de levar em consideração, ademais, duas outras questões, relevantes, pois sem elas a prática da história seria ou impossível ou ininteligível. De um lado, analisa-se, por meio dos instrumentos metódicos da história social e cultural, as instituições da especialidade (também chamada de corporação profissional). De outro lado, a história das circunstâncias políticas, sociais e culturais sob as quais surgiu, se definiu e se consolidou a profissão de historiador, necessita ser conhecida e dissecada, pois não ficou sem conseqüências sobre o entendimento mesmo da história como ciência.

Ao dissecar os modelos tradicionais de transmissão coletiva do saber (sua produção e sua preeminência no sistema escolar), os campos de polêmica ou conflito (político ou interpretativo, ou ambos) ou ainda as conjunturas transdisciplinares (notadamente na rivalidade ou atrito entre as ciências naturais e sociais), a teoria combinada com a história da História põe em evidência legados inconscientes ou truncados, aspectos irrefletidos (“naturalizados”) de sua própria prática científica ou da posição profissional relativa de seus integrantes. A análise cultural da história da historiografia e de sua inserção institucional na sociedade permite, assim, apreender, entender e explicar (note-se bem: o que de modo algum equivale a justificar), por exemplo, o longo predomínio social masculino na profissão, manifestamente responsável, no passado, por uma visão inercial também “masculina” do estado, da sociedade e da cultura, em certos casos ainda remanescente.

## **2. Modelos de explicação: dos paradigmas ao construtivismo**

A maior parte dos historiadores que se dedica à história de sua própria especialidade evita cuidadosamente fixar-se *a priori* em um único procedimento ou em uma única abordagem teórica. No entanto, o modelo dos paradigmas foi objeto de reconhecimento generalizado, no formato proposto pelo historiador da ciência Thomas

Kuhn a partir do esboço de sociologia da ciência elaborado por Ludvik Fleck.<sup>5</sup> Esse modelo foi desenvolvido e adaptado à prática da produção do conhecimento na ciência história por Jörn Rüsen, sob o nome de matriz disciplinar.<sup>6</sup> A matriz apresentada por Rüsen encontrou largo assentimento entre os profissionais de história, especialmente na sua versão modificada de 1989. O modelo dos paradigmas apresenta a vantagem de permitir uma história estrutural das formas fundamentais da explicação histórica e de seus procedimentos, difusão e evolução. Ele parte do pressuposto de que, de modo análogo ao das ciências naturais, a ciência da história desenvolveu-se também ao longo de rupturas e de modificações radicais dos modelos de interpretação. Modos diversificados de explicação e pluralidade de métodos, defendidos, praticados e testados, por sua vez, por diversos grupos e gerações de pesquisadores na complexa atividade de investigação, sucedem-se. Podem-se identificar fases de transição, marcadas por controvérsias acerca dos fundamentos da especialidade, distintas daquelas épocas em que a maioria dos especialistas pesquisa sem questionamentos particulares, recorrendo aos modelos consagrados, das quais se poderia dizer terem sido épocas de rotina – um exemplo é o da história política exaltadora dos líderes do Estado, como no século 19.

Rüsen ajustou o modelo, modificado em matriz, à ciência da história, ao distinguir em tais modos de pensar ou paradigmas cinco aspectos ou dimensões: (1) os interesses ou carências de orientação no presente, que se transpõem para as questões do historiador; (2) as idéias ou perspectivas orientadoras determinantes do modo pelo qual se lida com o passado; (3) as regras da pesquisa empírica; (4) as formas da apresentação; (5) as funções da cultura histórica.<sup>7</sup> A escolha da expressão “matriz disciplinar”, por Rüsen, foi adequada à realidade multifacetada da historiografia contemporânea. Uma matriz permite a elaboração de historiografias a partir de pressupostos teóricos distintos, sem se esgotar em querelas estéreis sobre que teoria seria a certa ou verdadeira, enquanto tal. A matriz certamente não exime a produção científica de conhecimento histórico de dois requisitos fundamentais: a pretensão de racionalidade e a pretensão de verdade. Pretender a ambas é uma característica que a

---

<sup>5</sup> KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1972. FLECK, Ludvik. **Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache**. Einführung in die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv. (1935) Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1980.

<sup>6</sup> RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: EDUnB, 2001, p. 35; 164.

<sup>7</sup> Ibid. p. 38-45.

história compartilha com toda e qualquer ciência. Não se trata de pretensão no sentido de meta espúria ou descabida. A racionalidade e a verdade *pré-tendem* a ação cognitiva de todo cientista, inclusive a do historiador.

Essa matriz não precisa ser formalmente reconhecida e explicitada pelos integrantes da corporação dos historiadores para que nela se identifique a pertinência das cinco dimensões para o desenvolvimento da ciência histórica no século 20. O primeiro reconhecimento, todavia, foi dado ao diagnóstico da mudança de paradigma. Admitir essa mudança permite sistematizar a miríade de observações dispersas, coletadas ao longo dos últimos cinquenta anos, sobre a evolução da história como ciência. Tem-se assim uma proposta confiável de sucessão de paradigmas organizadores da pesquisa em história e de sua finalidade. Rüsen mesmo propõe – aliás, com boa razão, para a tradição europeia da ciência da história – considerar a ciência da história alemã contemporânea (séculos 19 e 20) como a sucessão dos modelos da historiografia iluminista, do historicismo e da ciência social histórica aplicando-se à produção da pesquisa empírica concreta da historiografia.<sup>8</sup> Em sua obra magistral sobre a historiografia do século 20, publicado em 1993,<sup>9</sup> Iggers distingue dois modelos dominantes que se sucedem: o historicismo clássico, sobre o qual a especialidade se consolidou no século 19, substituído na primeira metade do século 20 pelo paradigma da história social e da ciência social histórica. No período que se abre por volta de 1980 Iggers vê uma nova modificação, em direção à história cultural, cujos fundamentos seriam – seu ver – tão diversos e internamente tão controvertidos, que anunciam possivelmente o fim da era dos grandes paradigmas dominantes. No campo da história cultural Iggers insere também a volta lingüística que a historiografia experimentou a partir dos anos 1970 e que afinal evoluiu, ao menos em parte, em direção ao que se conhece atualmente como pós-modernismo. O processo de dupla mediação anteriormente referido ganha, com a entronização do nível lingüístico, promovido a instância desvinculada de qualquer controle empírico efetivo, uma terceira mediação, pretensamente única. Esse estreitamento deixa Iggers – mas não só ele – perplexo. Como Christopher Lloyd,<sup>10</sup> Iggers emite um tom crítico quanto ao encapsulamento da

---

<sup>8</sup> JÄGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. **Geschichte des Historismus**. München: Beck, 1992.

<sup>9</sup> IGGERS, Georg. **Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert**. Göttingen: Vandehoek & Ruprecht, 1993.

<sup>10</sup> LLOYD, Christopher. **Estruturas da história**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1995 (ed. orig. 1993).

investigação histórica na prisão (mesmo aparentemente dourada) do relativismo lingüístico.

A prática cotidiana dos historiadores, até a década de 1980, parecia desconsiderar qualquer preocupação de sistematizar sua postura teórica ou ao menos de a ver como secundária, quando não irrelevante. Essa atitude certamente contrastou fortemente com a tradição do pensamento marxista ou neomarxista, para a qual a referência teórica é a razão mesma da investigação em ciências sociais em geral, como nas naturais, pois decorrente de uma missão explicitadora dos imperativos da dialética da natureza e da história. Mais um extremo com que a historiografia do século 20 se viu confrontada. Segundo as circunstâncias sociais, culturais e políticas de cada país, a sucessão ou a simultaneidade de paradigmas e modelos, obviamente, diverge. Nos regimes fechados, a liberdade de escolha inexiste e um padrão metódico e teórico vale não apenas como paradigma, mas inelutavelmente como dogma. A tradição científica do modelo racional de análise crítica, contudo, sempre tendeu a considerar com forte dose de desconfiança a plausibilidade da historiografia oriunda dos países sob regime fechado. Inclusive se e quando os historiadores eventualmente pudessem ser vistos, ao se analisar mais de perto, como dissidentes ou contestadores. O reconhecimento dessa condição não raro ficou impossibilitado pelas mesmas circunstâncias políticas, tanto no período dos fascismos como no da guerra fria.

O que foi o relativo descaso dos historiadores com a teoria explica-se em parte pela renitência de uma atitude positivista com respeito à necessidade de possuir base empírica sólida na pesquisa, que sustente a interpretação e a explicação subseqüentes. Esse positivismo inercial durante longo tempo sustentou a posição indutivista de muitos historiadores de que considerarem “discípulos da História”, construindo conceitos e modelos explicativos à maneira supostamente experimental de lidar com a realidade do agir humano no tempo. Sempre que os historiadores puderam escolher com autonomia metódica seus conceitos e categorias, encontra-se uma saudável concorrência de hipóteses ou pelo menos uma coexistência pacífica entre elas, sem que o reconhecimento profissional e social da especificidade da ciência histórica viesse a sofrer abalos irreversíveis. Por outro lado, não se pode constatar uma evolução ou troca gradual e regular de modelos e paradigmas no itinerário da especialidade desde 1880. As “escolas” e seus “estilos de pensamento” na historiografia afinal nunca chegaram a

se constituir em paradigmas vinculantes à maneira como Kuhn os identificou na história da ciência, mas multiplicaram-se ao longo da segunda metade do século 20. Segundo as tradições de formação na pesquisa, pode-se encontrar linhagens de influência marcantes em comunidades historiográficas precisas, como no caso do Brasil – no qual a presença da “escola dos Annales” entre os historiadores é notável.<sup>11</sup>

A diversidade metódica e a pluralidade das referências teóricas são proveitosas ao trabalho historiográfico – mesmo que tenham ocorrido momentos de rivalidade e de sombra, quando, por exemplo, fortes críticas se levantaram contra o “quantitativismo” no campo dos historiadores “politizantes”. Ou ainda ao se ter oposto uma “história militante” a uma “história metódica”.<sup>12</sup> No processo de consolidação e expansão da história como ciência no século 20, pois, o elemento transversal não é a rigidez teórica, mas a comunidade de métodos, de procedimentos. Três elementos de reflexão podem contribuir para esclarecer a preeminência da metódica como denominador comum: (a) a história comparada das controvérsias teóricas, (b) a história da disciplina como inserida no campo social das instituições e (c) a história da história como uma especialidade integrada no campo científico dos estudos da sociedade.

---

<sup>11</sup> REIS, José Carlos. **História e teoria**. Rio de Janeiro: FGV, 2003; DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira**. Passo Fundo: Editora UPF, 1999; GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Rio de Janeiro, Brasília: Revista do Instituto Histórico/Imprensa Nacional, 1997.

<sup>12</sup> Cf. A entrevista dada por Jacques Revel a Marieta Ferreira e publicada nos **Estudos Históricos**, 19 (1997), exemplifica de modo eloquente o que aqui se quer dizer: “Crescemos em um mundo onde se começava por estudar o econômico, em seguida, o social, e depois, a cultura. [...] No fundo, o que criticamos, desde meados dos anos 70, foi essa organização vertical pela qual o econômico informava o social, e o social informava o cultural. Éramos historiadores sociais, mas pensávamos, por exemplo, que as categorias sociais também se constroem por meio das práticas culturais. [...] a cultura popular não é a cultura do povo, e sim uma cultura em relação com outras formas culturais, complementares, opostas ou hierarquizadas. [...] no fundo, as práticas culturais refletiam menos as identidades sociais do que serviam à construção dessas mesmas identidades”.

Como as outras ciências sociais, mais que elas, porém, a história conheceu um crescimento fantástico nos anos 1960-70. Mas esse crescimento é difícil de administrar, já que, ao multiplicar os objetos e os procedimentos, você chega quase que a uma fragmentação. Na geração que nos antecedeu, o marxismo, o estruturalismo, o positivismo, ou aquilo que se poderia chamar de ideologias funcionalistas, forneciam uma arquitetura para o conjunto dessas ciências. Esses paradigmas entraram em crise nos anos 70. Eu não gosto muito do termo “pós-moderno”, não gosto de usá-lo, mas se tem algum sentido, deve ser esse. Tivemos portanto de constatar essa fragmentação. [...] Se quisermos, podemos falar em crise, mas trata-se de uma crise estrutural, que está ligada ao desenvolvimento de nossas disciplinas. É disso que pretendemos falar com o nosso “reexame crítico”, é uma maneira mais sutil de dizer as coisas. [...] A micro-história insiste nos atores, suas escolhas etc., mas é preciso ver claramente que são atores socializados. As escolhas e as estratégias que encontramos no método micro são escolhas sociais, nada têm a ver com a soberania do indivíduo, nem com o ponto de vista da liberdade dos indivíduos. Não é esse o campo do historiador!”

(a) A história comparada das controvérsias teóricas e metódicas deve incluir igualmente a história dos conflitos em torno da apropriação dos recursos, do poder e da influência na especialidade, que não se resumem apenas à força de convencimento exclusiva dos argumentos científicos e dos resultados da pesquisa. Embora devam ser estes dois fatores os únicos relevantes, sabe-se que uma história realista da disciplina exige que se leve em conta também a história política e social das instituições científicas e de seu “meio ambiente” na sociedade e no Estado.

(b) Esses conflitos estão também inseridos numa trama de instituições que afinal enquadram e regulam o ânimo polêmico e a curiosidade investigativa dos historiadores profissionais. Periódicos definem as regras aplicáveis aos debates próprios à disciplina, mestros e doutorados fixam, na prática, os padrões metódicos, os conceitos e os temas requeridos por suas áreas de concentração e que são aceitáveis nos respectivos campos historiográficos em ação. Os efeitos alcançados pelos padrões universitários sobre os hábitos dos historiadores profissionais são, assim, proporcionalmente grandes, e mesmo decisivos. As influências mútuas entre idéias e instituições, entre regras e práticas informais tornam-se, por conseguinte, de difícil distinção, tal sua imbricação. As evidências são, todavia, suficientes, para que se tome como hipótese útil que as instituições científicas são forças formadoras que marcam, de modo rotineiro e duradouro, as posições e os modelos assumidos pelos historiadores, que asseguram a continuidade no exercício cotidiano da profissão e que, conseqüentemente, estabilizam e consolidam a prática das disciplinas científicas. Simultaneamente as instituições funcionam como locais da memória coletiva, articulam gerações sucessivas de historiadores com objetivos e rotinas comuns, criam tradições próprias e servem de cenário em que se estabelecem as relações entre mestres e discípulos, com suas convergências e divergências teóricas, metódicas e pessoais. Malgrado a inércia que caracteriza toda institucionalização, não ficam impedidas as transformações e as inovações, pois a aceitação corrente da diversidade esvaziou significativamente o conflito inerente à prevalência dos dogmas e aos momentos de ruptura revolucionária no campo das idéias, diagnosticado por Kuhn para épocas passadas.

Como ocorreu nas demais profissões científicas no século 20, também os historiadores se organizaram em associações profissionais nacionais. As estruturas dessas associações e sua evolução no tempo necessitam ser investigadas, se se quiser

conhecer, comparativamente, a história internacional da disciplina. A ciência da história, internacionalmente, existe de fato predominantemente como rede de comunicação de associações nacionais de historiadores. As práticas de pesquisa e ensino, o estado dos arquivos, a inserção universitária da disciplina variam de país a país – assim, as condições nacionais da prática concreta influenciam marcadamente os estilos de pensamento e os hábitos dos historiadores. Pierre Bourdieu, em sua sociologia da cultura, já chamou a atenção sobre a necessidade de delimitar os respectivos campos em que atuam os profissionais de ciência. Seu aparato analítico é aqui também útil para qualificar o “campo dos historiadores” ou seu território, seu ofício, seu domínio.<sup>13</sup>

(c) É de levar ainda em conta que a ciência da história existe como parte de um campo científico mais abrangente: o das ciências humanas e sociais, em cujo conjunto sua inserção universitária a mantém. A pesquisa e a crescente (assim como indispensável) interdisciplinaridade levaram os historiadores a encontrar-se e a conviver com as disciplinas aparentadas e com as culturas próprias a suas especialidades. O horizonte vai da filosofia ao direito e à ciência política, passando pela teoria literária, pela lingüística, pela teologia, pela economia, pela sociologia, pela antropologia. Como os limites específicos da história sempre foram mutáveis, a importação de novas idéias ou métodos das disciplinas aparentadas, de um lado incontornável, de outro gerou sempre boa dose de desconfiança, pela percepção de uma possível ameaça de descaracterização – à maneira do alerta de Paul Veyne: se tudo é histórico, logo a história não existe.<sup>14</sup> Embora as circunstâncias das práticas científicas variem relativamente de um país para outro, a comunidade profissional dos historiadores considera positivamente o crescimento, ao longo do mesmo século, da psicologia, da sociologia, da economia e da ciência política. A proveitosa associação entre a história e os resultados obtidos por estas ciências tipicamente contemporâneas, do ponto de vista epistêmico e metódico, abriu e abre perspectivas de análise e interpretação dos fenômenos de massa do mundo contemporâneo (a macro-história e os jogos de escala), como o dos fenômenos particulares da ação individual e grupal (a micro-história). A ciência da história valeu-se, pois, ao longo do século, dos avanços alcançados por suas

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Éd. de Minuit, 1984. Ver também: LADUREI, E. Le Roy. **Le territoire de l'historien**. Paris: Gallimard, v. 1: 1973 e v. 2: 1978; \_\_\_\_\_. **Parmi les historiens**. Paris: Gallimard, 1983. FURET, François. **L'atelier de l'histoire**. Paris: Flammarion, 1982. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>14</sup> VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Paris: Seuil, 1971.

“aliadas” metódicas. A teoria da história, assim, não pode deixar de incluir em seu campo de abordagem a circunstância estratégica da transposição epistemológica interdisciplinar. Teoria literária, teoria sociológica, teoria política, dentre tantas outras, tornaram-se instrumentos operacionais sem os quais a evolução mesma da disciplina científica da história se inviabilizaria.

Tem-se aqui mais um extremo com que se defronta a história como ciência: a aparência de dissolver-se nas demais disciplinas, por ausência de especificidade. Com efeito, a visão quase-cética de Veyne parece corroborar essa visão. A corrente pós-moderna indica a mesma direção: o que se pensaria ser a apreensão, a compreensão, a interpretação e a explicação históricas não passariam de meros e arbitrários jogos de linguagem.<sup>15</sup> A reação dos profissionais a essa postura, contudo, aponta na direção oposta. O que faz a história como ciência? Elabora, argumentativamente e de forma metodicamente controlável, a explicação de ocorrências que se deram no passado por força da ação racional, intencional, humana, respeitado determinado corte temporal convencional. A história como ciência depende, pois, de um sistema de controle de qualidade que se pratica habitualmente na corporação dos historiadores. Se sua confiabilidade depende, por sua vez, de uma ação intersubjetiva dos profissionais, ela em nada pode decorrer de gostos ou preferências particulares de indivíduos. O confronto com o extremo da dissolução de sua especificidade produziu, na produção historiográfica, um efeito catapulta de qualidade, em que político, econômico, social e cultural se entrelaçam para constituir a ciência da história como fator relevante a compreensão da identidade pessoal e coletiva nas sociedades e para a explicação das carências de orientação no tempo presente, decorrentes da realidade entrementes imutável do passado.<sup>16</sup> A presença de todos esses fatores na memória coletiva das sociedades contemporâneas faz da história o campo principal das assim chamadas ciências da cultura.<sup>17</sup>

Ora, a cultura é uma suma dos “elementos distintivos pelos quais cada indivíduo refere sua identidade pessoal ao conjunto de fatores que a definem. Língua,

---

<sup>15</sup> Cf. BERBERT Jr., Carlos Oiti. **História, retórica e crise dos paradigmas**. Tese de doutoramento. Universidade de Brasília, 2005.

<sup>16</sup> RÜSEN, Jörn. **Historische Orientierung**. Über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden. Köln: Böhlau, 1994.

<sup>17</sup> RÜSEN, Jörn; FEHR, Michael Fehr; RAMSBROCK, Annelie. (Orgs.). **Die Unruhe der Kultur. Potentiale des Utopischen**. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft 2004. DANIEL, Ute. **Kompodium Kulturgeschichte**. Theorie, Praxis, Schlüsselwörter. Frankfurt/Meno: Suhrkamp, 2001.

espaço, época, religião, parentesco, sexo, liames particulares, enfim o feixe de interseções historicamente dado que é processado e incorporado subjetivamente pelo indivíduo. Os processos históricos em que se dão as afirmações particulares dos indivíduos incluem a dimensão coletiva, da comunidade ou sociedade na qual determinada parte dos referentes individualizantes é compartilhada. Essa dimensão inclui um componente atemporal, ou transtemporal, que funda, reforça e sustenta o elemento da duração e da continuidade coletivas em que se situam os indivíduos e os grupos”.<sup>18</sup> A pesquisa histórica se move neste ambiente, gerado pela acumulação cultural no tempo, da memória das ações humanas. O pensamento histórico do presente é, por conseguinte, um esforço constante de reconstrução plausível das origens do ser atual das sociedades. Não se trata nem de um mimetismo “extremado” (como se as fontes fossem infalíveis) nem de um construtivismo “extremado” (como se a criação estética fosse inteiramente livre de obrigações metódicas com as fontes). O esforço teórico da construção historiográfica se funda na premissa de que o passado é um ato efetivo, real (ou um ilimitado conjunto de atos), cuja reconstrução se faz do melhor modo possível em função dos dados disponíveis, a cada vez que esses dados são encontrados. O novo encontro de dados sempre pode ensejar o que comumente chamamos de revisão historiográfica. Uma vez mais pode-se lembrar Jörn Rüsen, com sua “reconstrução do passado”,<sup>19</sup> como resultante confiável da aplicação da matriz disciplinar. A opção teórica da comunidade profissional dos historiadores no século 20 é claramente pela reconstrução controlada e confiável. Tanto a invenção das tradições, como recurso manipulador da memória para projetos de controle político do Estado, denunciada por Hobsbawm e Ranger,<sup>20</sup> quanto a dependência estética da linguagem e da conveniência do tempo presente, como debatida por Chris Lorenz,<sup>21</sup> foram objeto de pouca aceitação por parte dos profissionais da disciplina.

---

<sup>18</sup> MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder nas Relações Internacionais**. Brasília: IBRI/FUNAG, 2002, p. 43-44.

<sup>19</sup> **Rekonstruktion der Vergangenheit**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986. Tradução brasileira a ser publicada pela Editoria da Universidade de Brasília. É o segundo volume da trilogia do autor, intitulada “Beiträge zur Historik” (“Teoria da História”), cujo primeiro volume já dispõe de edição brasileira (Brasília: EDU, 2001). O terceiro volume, “História Viva”, está sendo traduzido em 2006.

<sup>20</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **The Invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

<sup>21</sup> **De constructie van het verleden**. Meppel: Boom, 1987.

### 3. Pesquisa histórica e política no século 20

Até aqui pôde-se indicar alguns extremos a que a teoria da História se viu exposta ao longo do século 20: os extremos excludentes de uma confiança irrestrita, quando não ingênua, nas fontes e do relativismo cético, os extremos da necessidade de modelização e da tentação totalitária da dogmatização, e o extremo do risco de inespecificidade do conhecimento histórico combinado com a ameaça de sua dissolução em outras especialidades. Já se fez também referência à politização do conhecimento e a sua redução funcional aos engajamentos militantes. É de todo razoável que qualquer agente racional humano possa ter e efetivamente exerça posições políticas e militâncias sociais em virtude de suas convicções ou de seus compromissos, assumidos a título pessoal. A transposição de opções peculiares de indivíduos para o plano da pesquisa científica expõe a qualidade intersubjetiva do controle metódico da pesquisa a sérios riscos e a aproxima das vias da dogmatização. Aliás, que seja pela crença em uma determinada verdade absoluta ou que seja pela adesão a um projeto político de sociedade, os riscos são os mesmos. Não porque tais crenças ou tais adesões fossem indesejáveis, mas pela razão de sua particularidade interferir no caráter, em tese, impessoal do procedimento metódico de produção do conhecimento histórico. O historiador, como qualquer outro agente racional, lida diuturnamente com essa realidade. E o processo de institucionalização e de socialização dos conhecimentos que produz, destinados a ser incorporados no ambiente cultural da sociedade, a que pertence ou a que se julga pertencer, conduz a pensar na relação da história com a política.

No século 20, a pesquisa histórica esteve sempre intimamente conectada ao desenvolvimento de uma forma específica de institucionalização da sociedade: a do estado-nação. Praticamente todos os historiadores com produção científica relevante trabalham como funcionários públicos de estabelecimentos universitários do Estado ou como empregados de estabelecimentos privados, dependentes de arquivos públicos, em sua maior parte. No caso do sistema europeu, a dependência do sistema público é completa, desde a implantação do assim chamado “modelo de Humboldt”.<sup>22</sup> Na América do Norte, a rede metódica da comunidade acadêmica dos profissionais de história independe da natureza jurídica do vínculo com o Estado, considerada a

---

<sup>22</sup> Cf. MARTINS, Estevão de Rezende. Educar para a humanidade. História e Iluminismo. In: ROHDEN, Valério. (Org.). **Idéias de Universidade**. Canoas: ULBRA, 2002. p. 63-92.

atividade de pesquisa e ensino como de relevante interesse público. No século 20, os historiadores tiveram como referência sempre os interesses de suas sociedades nacionais, o itinerário de seus Estados, as culturas de suas nações. No entanto, nação e Estado não coincidem necessariamente. A rude realidade das fronteiras estabelecidas ao longo da história para definir os contornos do sistema de Estados e o estilhaçamento das sociedades entendidas como nações ocuparam uma parte importante da agenda dos historiadores. Com o fim da Guerra Fria e a dissolução do império soviético, nos dois últimos decênios do século 20, o fenômeno do renascimento dos apelos nacionalistas à maneira do século 19 colocou novamente na ordem do dia um outro extremo: o nacionalismo – e isso malgrado a globalização financeira, comercial e, parcialmente, econômica.<sup>23</sup> As *grand narratives* sobre a origem, a ascensão e a queda das próprias sociedades ou nações aparentemente seguem outros ritmos de evolução do que os paradigmas metódicos aplicados à pesquisa como sistematizados por Iggers ou Rüsen. A inércia nacional carece de ser colocada em perspectiva comparativa, de modo que a historiografia não se torne dela refém.

No século 20, a ciência da história não apenas se consolidou plenamente como ciência autônoma como também se tornou um elemento importante, por vezes central, da cultura política. Assim, o turbilhão das ideologias políticas representou mais um extremo. A parcialidade das opções teóricas de cunho político comprometeu, em mais de um momento e mais de um lugar, a independência crítica que a teoria da História encontra insistentemente defendida como requisito para a produção historiográfica, no dizer dos próprios historiadores.<sup>24</sup> Não poucos historiadores engajaram-se em movimentos político-sociais, em polêmicas na mídia acerca de questões de atualidade interna e internacional, colocaram seu saber profissional a serviço de projetos conjunturais de sociedade. Uma vez mais se deve dizer que, desde a perspectiva do exercício da cidadania, o historiador é tão cidadão quanto qualquer outro. Como fica claro, contudo, na matriz disciplinar organizada por Rüsen, se a origem imediata das questões da pesquisa está na carência de orientação surgida no tempo presente, e se o resultado historiográfico retorna ao substrato social e cultural deste tempo, o

---

<sup>23</sup> CONRAD, Christoph; CONRAD, Sebastian. (Orgs.). **Die Nation schreiben**. Geschichtswissenschaft im internationalen Vergleich. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2002.

<sup>24</sup> Cf. WEHLER, Hans-Ulrich. **Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts 1945-2000**. Göttingen: Wallstein, 2001. Wehler aborda a questão desse requisito na historiografia estadunidense, alemã, francesa e britânica.

procedimento científico – ou seja: os referenciais teóricos da pesquisa e os métodos aplicados nela – não devem ser afetados, em sua qualidade operacional e em sua controlabilidade intersubjetiva, pelo compromisso do indivíduo na cena pública. Tampouco são compatíveis com a concepção da matriz disciplinar e de sua independência crítica suposta (e requerida) o atrelamento da pesquisa a objetivos fixados pelo Estado, pelos governos ou pelos regimes políticos, a censura, a perseguição ou o banimento em virtude da postura teórica ou da metodologia escolhida.<sup>25</sup> Ainda está por se avaliar o peso relativo, nesses dois fatores da matriz disciplinar (carências de orientação; historiografia), das ideologias políticas extremas e dos regimes autoritários, tanto no período do entre-guerras de 1920 a 1939 como no período da Guerra Fria. Apenas nos últimos dez anos se começa a ter inventários de fontes e autonomia de movimentos para aprofundar a questão dos efeitos da Guerra Fria sobre a historiografia, em especial no leste europeu. Os duros debates sobre o Holocausto e os genocídios em geral começaram mais cedo, mas a agenda de reflexão da teoria da História somente há cerca de dez anos passou a incorporá-los.<sup>26</sup> A análise comparativa das condições de produção do conhecimento histórico e da circulação dos saberes entre os profissionais, em democracia ou sob uma ditadura, ainda está por trazer resultados para a modelização teórica da ciência da história.

Tal desiderato, todavia, não altera o fato de que, ao longo do século 20, a tendência dominante foi a reforçar o peso político e cultural da própria nação mediante a pesquisa e a historiografia. A adjetivação nacional é amplamente majoritária na escolha dos temas e nos títulos finais dos produtos historiográficos. Praticamente toda a historiografia é publicada na língua nacional, o que por sua vez reforça o fator do “retorno” da história ao espaço sócio-cultural em que foi originalmente suscitada ou motivada.<sup>27</sup> Os grupos de historiadores especializados em outras sociedades que não a

---

<sup>25</sup> BAETS, Antoon de. **Censorship of Historical Thought: A World Guide 1945-2000**. Westport (Conn.): Greenwood Press, 2002.

<sup>26</sup> A título de exemplo, quanto ao aspecto do trauma e do luto, notadamente por causa do Holocausto, Cf. LIEBSCH, Burkhard; RÜSEN, Jörn. (Orgs.). **Trauer und Geschichte**. Colônia: Böhlau, 2001. Para a Guerra Fria, indicações proveitosas para a revisão teórica podem ser encontradas na obra de GADDIS, John Lewis, notadamente em seu último livro: **The Cold War. A New History**. Londres: Penguin, 2006.

<sup>27</sup> Não se desenvolve aqui o debate recente sobre o desaparecimento possível do estado-nação. A questão a que a reflexão se refere é a do papel desenvolvido (e ainda relevante) pelo pertencimento nacional na história da historiografia. A transformação do estado sob as condições contemporâneas da internacionalização é um tema que se pode acompanhar, por exemplo, em: SKINNER, Quentin;

sua própria (por exemplo: latino-americanistas ou brasilianistas) mesmo assim escrevem para o seu público nacional de origem e somente secundariamente vêm a ser traduzidos para a sociedade sobre o qual escreveram. Esta circunstância não pode deixar de ter efeitos sobre a arquitetura conceitual que orienta a pesquisa e informa a historiografia. Ela não impede, entretanto, a constatação de que, desde os passos iniciais da metodização e da profissionalização da produção do conhecimento histórico ao final do século 19, o estado nacional (e seus componentes) serviu (e serve), internacionalmente, de catalisador organizacional das estratégias de pesquisa histórica, tornando-se destarte o objeto mais estudado pela historiografia. A carência explicativa dessa compartimentação veio a ser rapidamente percebida. Desde os anos 1950, os congressos internacionais de história procuraram abrir sendas para que a comparação viesse a corrigir o extremo da compartimentação. Os avanços nesse particular somente se tornaram mais eficientes a partir do congresso de Montreal em 1995.<sup>28</sup>

O ambiente político interno e internacional sempre circundou o trabalho da ciência, inclusive a da história. No entre-guerras e na Guerra Fria a migração de historiadores (assim como de outros cientistas sociais), fugindo de perseguições ou de cerceamento de sua atividade contribuiu para incrementar a circulação de idéias e a troca de experiências contrastantes com a experiência nacional particular. Nos anos 1960 e 1970 tal fenômeno atingiu a América Latina, impulsionado pelo movimento de protesto estudantil (“maio de 1968”), aficionado por novas idéias e pela difusão internacional sobretudo de concepções neomarxistas. Feito um balanço aproximativo, pode-se dizer que, ao longo dos últimos 120 anos a elaboração teórica, a prática metódica, a autodefinição dos historiadores e seu intercâmbio científico promoveram uma aproximação gradual dos especialistas dos mais diversos países e continentes. A teoria da História busca, assim, encontrar os denominadores comuns que permitem qualificar com bom grau de segurança o trabalho de investigação, explicação e narrativa do tempo informado pela ação racional humana como “história”, como apropriação presente do passado, realizada pelo cotidiano dos historiadores. A teoria da História, nesse sentido, contribui para que se evite – o quanto possível – cair nos extremos

---

STRAHT, Bo. **States and Citizens: History, Theory, Prospects**. Cambridge/GB e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

<sup>28</sup> Cf. ERDMANN, Karl Dietrich. **Toward a Global Community of Historians**. The International Historical Congresses and the International Committee of Historical Sciences 1989-2000. Nova Iorque: Berghahn, 2005.

epistemológicos ou políticos entre os quais a história, quer se queira ou não, bem tem de concretizar seu trabalho.

Uma das constatações menos controvertidas, estabelecidas pela teoria da História, é a similitude dos procedimentos empregados pelos profissionais da área. O conjunto de regras metódicas, observado na produção dos “fatos” científicos, é aceito – até certo ponto surpreendentemente – como penhor de qualidade da (re-)construção do passado. Esse denominador comum, também chamado de padrão mínimo, é um elemento formal indispensável à aceitabilidade e à confiabilidade do conhecimento histórico na comunidade epistêmica dos historiadores. Em tese, é-lhe indiferente o referencial teórico utilizado para o enquadramento explicativo da base empírica pesquisada.<sup>29</sup> Ressalve-se, contudo, que a opção teórica não poderia estar a tal ponto comprometida com supostas ou cridas verdades metafísicas que desvirtuasse a autonomia crítica do trabalho analítico do pesquisador, como já se lembrou. Se a convergência formal apresenta relativamente pouca vulnerabilidade à polêmica, o debate quanto às teorias, categorias ou concepções que mais e melhor se adequariam ao sucesso explicativo, ao “acerto”, à “objetividade”, à “verdade” enfim, é intenso e não raro inflamado.<sup>30</sup> Alguns exemplos mais correntes da concorrência teórica da segunda metade do século 20, com diversos graus de êxito e de difusão internacional são, a começar pelo nacionalismo, o marxismo e suas incontáveis variantes, as idéias da “escola” dos *Annales*, a crítica feminista aos construtos historiográficos centrados no paradigma masculino, a crítica das histórias triunfais do progresso civilizatório pretendido pelos sistemas coloniais e imperiais. Tratados com a distância crítica da racionalidade analítica, estas e quaisquer outras construções teóricas podem ser comparadas e contratadas, sem o extremo de um ecletismo amorfo nem o extremo de uma univocidade dogmática. Que perspectivas se abrem, então, neste campo da interação nacional, política, social, cultural e internacional?

#### 4. Perspectivas

---

<sup>29</sup> Quanto à distinção dos campos próprios à teoria, à filosofia ou à metodologia da História, Cf. meu “O caráter relacional...”, ver nota 3.

<sup>30</sup> Algumas indicações podem ser encontradas, por exemplo, em D’ENCARNAÇÃO, José. (Org.). **As oficinas da História**. Coimbra: Colibri, 2002. GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003. FULBROOK, Mary. **Historical Theory**. Londres/Nova Iorque: Rutledge, 2002.

A internacionalização da comunicação entre os especialistas e as práticas de pesquisa da ciência da história estão, pois, diretamente vinculadas ao processo de exportação dos modelos e das formas de organização da educação superior e da ciência europeus pelo mundo afora.<sup>31</sup> Com efeito, a criação de escolas avançadas, universidades, institutos de pesquisa e academias científicas, na maior parte dos países do mundo, permitiu a existência de pressupostos mínimos para a difusão da apropriação científica (metodizada) do passado pela atuação dos historiadores. É um problema atual da teoria e da história da História reconstituir e analisar a história da exportação do modelo europeu de conhecimento histórico, que se impuseram a todos os demais formatos de sabedoria e de cultura histórica, quando não tentaram erradicá-los. A crítica teórica às interpretações imperialistas e eurocêntricas dos passados de outrem tornou-se, por conseguinte, um item fundamental do programa de pesquisa da história científica e cultural do mundo contemporâneo. O entendimento transcultural,<sup>32</sup> a crítica do colonialismo<sup>33</sup> e a formulação de teorias e concepções autônomas, pós-coloniais<sup>34</sup> pertencem, assim, à forma mais recente de evitar os extremos e de que propor formatos teóricos palatáveis a culturas diversas, mergulhadas, no entanto, no padrão científico da racionalidade moderna ocidental.

---

<sup>31</sup> Um exemplo marcante é o da historiografia japonesa. Cf. SATO, Masayuki. Historiografia cognitiva e historiografia normativa. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A História escrita**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 157-174.

<sup>32</sup> Cf., por exemplo, a coleção iniciada em 2002 por Jörn Rüsen e Sebastian Manhart, intitulada “O pensamento histórico nas culturas” (*Geschichtsdenken der Kulturen*. Frankfurt/Meno, Humanities Online), cujos três primeiros volumes tratam do sudeste asiático.

<sup>33</sup> Cf., a título ilustrativo, BHABA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005 (3. reimpr.). MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais – colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

<sup>34</sup> Dentre outras, a obra de Jörn Rüsen, já várias vezes citada. Ver também as contribuições publicadas na revista *History and Theory*, publicada desde 1960. Disponível em: <[www.historyandtheory.org](http://www.historyandtheory.org)>